

**ENTRE O QUE ERA E O QUE PODERIA TER SIDO: MUDANÇAS E  
TRANSFORMAÇÕES NAS FORMAS DE VIVER E TRABALHAR EM  
PEQUENAS COMUNIDADES DO OESTE PARANAENSE**

Geni Rosa Duarte

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

[geni\\_rosaduarte@yahoo.com.br](mailto:geni_rosaduarte@yahoo.com.br)

Esta comunicação tem por objetivo problematizar algumas questões que emergiram durante a pesquisa realizada com pequenos proprietários residentes em pequenas comunidades rurais e distritos das cidades de Guaraniaçu, Catanduvas, Ibema e Campo Bonito, no estado do Paraná. Essa pesquisa foi realizada dentro do programa “Universidade Sem Fronteiras”, subsidiado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná, dentro de um subprograma denominado “Apoio às Licenciaturas”. Embora tais projetos se vinculem à Pro - Reitoria de Extensão da UNIOESTE, pudemos desenvolver no interior dele um projeto de pesquisa no campo da história oral, mesmo porque contamos com a participação de mais dois professores<sup>1</sup> e de seis bolsistas.

Desde os primeiros contatos, foi visível que as cidades, e principalmente os pequenos núcleos populacionais rurais vêm sofrendo um processo de “encolhimento”, a partir do desaparecimento ou inviabilização das pequenas propriedades. Embora a região, em décadas passadas, não tenha sido atingida pelos investimentos na agricultura de grãos e na pecuária, devido ao seu relevo acentuado e a ocorrência de terras melhores para essa atividade mais a oeste, isso ocorre na atualidade, principalmente com a formação de grandes fazendas de gado.

Ao mesmo tempo, a região vivenciou nas últimas cinco décadas (como, aliás, todo o estado do Paraná) um processo acentuado de formação de núcleos urbanos, ou seja, de emancipação de pequenos distritos, que se transformaram em pequenas cidades (que vivem, basicamente, ainda hoje, de atividades rurais).

Com uma equipe formada por três professores, um profissional recém formado e cinco bolsistas graduandos, iniciamos a coleta de depoimentos a partir de questões

---

<sup>1</sup> Participam do projeto, ainda, os professores Paulo José Koling e Nilceu Jacob Deitos, da UNIOESTE,

levantadas num primeiro contato com as escolas estaduais da região. A partir das primeiras entrevistas, outras pessoas foram indicados pelos próprios depoentes, a partir principalmente das questões que iam surgindo nas conversas.

Nesse projeto, portanto, nosso objetivo era dialogar com as experiências das pessoas entrevistadas, nos termos propostos por Thompson, ou seja, como sujeitos “que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura*” (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida(muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes), agem, por sua vez, sobre sua situação determinada”. (Thompson, 1981, p. 182) Dessa forma, voltávamos para o presente vivido, e a partir dos conflitos e acomodações, procurar apreender outras realidades, no tempo e no espaço, narradas enquanto experiências individuais ou coletivas.

Dessa forma, entrevistamos tanto moradores antigos, como mais recentes; pessoas que há muito tinham se estabelecido na região, e pessoas que tinham vindo (ou retornado) há menos tempo. Nas conversas, surgiam lembranças e revivescências do passado, e reflexões sobre o presente vivido.

A narrativa do presente que se pode perceber nos depoimentos contrasta, com temporalidades passadas, seja nas primeiras levas de ocupação mais intensiva da região (especialmente nos anos 1950), seja na concretização dos modos de vida estruturados a partir da efetivação das formas de trabalhar em pequenas propriedades. As memórias dos entrevistados se referem à vinda de suas famílias nessa época, por compra de terras ou compra de direitos de posse, ou mesmo pela posse pura e simples. Muitos apontam a existência de posseiros, chamados pelos migrantes sulistas de *paranaenses*, alguns deles expulsos da terra, de forma violenta ou não. Como no sudoeste paranaense, onde houve, segundo REGO (1985, p. 188), “a superposição de dois movimentos: um de ocupação ‘espontânea’ e outro de colonização dirigida, esta oficialmente orientada pelas agências colonizadoras, também chamadas colônias agrícolas, que se constituíram na área”, a pequena propriedade também se fez presente ao lado de alguns latifúndios, com sua estruturação facilitada pela coexistência de práticas diversas de acesso à terra: por compra, legalizada ou não, ou pela ocupação pura e simples, e pela interposições de sucessivas ondas migratórias.

Schreiner, analisando as correntes migratórias para a região oeste do Paraná durante a primeira metade do século XX, aponta a organização, pelos caboclos da região, de “ um sistema integrado de extrativismo da erva mate, de pecuária e de agricultura, esta desenvolvida mediante a técnica do pousio”; assinala também a criação solta de porcos, “a atividade pecuária do leite e a ampliação do extrativismo da madeira e da erva mate”. Provavelmente, argumenta, esses caboclos provinham das antigas fazendas de gado dos campos de Palmas e Guarapuava, onde viviam como agregados, responsáveis pelas culturas de subsistência até finais do século XIX. (SCHREINER, 2002, p. 74).

A possibilidade de ocupar áreas de terra mais a oeste impulsionava a migração, bem como a ocupação sucessiva de novas terras, caso fossem expulsos ou caso vendessem os direitos de posse. Ao mesmo tempo, outras correntes migratórias se constituem a partir do sul do Brasil, e das áreas de cafeicultura no norte paranaense.

Os depoimentos colhidos nos pequenos distritos e zonas rurais tematizam a questão da migração a partir das vivências, dos conflitos, das adaptações e da permanência nesses locais, mesmo após as mudanças que se deram com muita intensidade nos últimos 50 anos. Essas mudanças atingiram não apenas o meio ambiente, que sofreu um violento processo de desmatamento e destruição da cobertura vegetal, como também as formas de apropriação da terra, bem como de trabalho e de produção.

D. Suzana,<sup>2</sup> 84 anos na época da entrevista, moradora do distrito do Borman, em Guaraniaçu, relata as várias migrações que viveu. Primeiro veio de Santa Catarina para o Paraná com o marido e dois filhos, obtiveram uma *posse*, venderam, compraram outras terras, ocuparam áreas na região, em diversos municípios. Foram para Rondônia, voltaram... Hoje, viúva e aposentada, ela vive num pequeno pedaço de chão, agora escriturado (segundo ela, comprado do governo).

O que atraiu o casal a migrar para o Paraná era justamente a facilidade de adquirir terra, boa e abundante. Assim D. Ivone relata essa atração:

A onda da febre do ouro, todo mundo vinha pro sertão pra fazer fortuna, lá a terra era muito picada, nós tava na colônia e daí, pra cá diz que não precisava nem limpar a roça, plantava um milho e botava os porco, não

---

<sup>2</sup> Entrevista realizada em 10/09/2008, pela equipe do projeto.

precisava nem colher nem limpar a roça, nada, então deu uma febre do ouro, que eu digo, nós viemos, todo mundo pra cá e nós viemos junto.

A facilidade de criar porcos no sistema de safra (criação à solta) organizava as relações das pessoas do lugar. E era fácil, então, *abrir uma posse*:

Ah, entre os povo do lugar, o povo indicava, ó, lá tem um lugar muito bom, e ia lá e tomava posse por conta, não tinha não ninguém morando, e tinha índio, muito índio, a gente tem muito medo dos índio, eles roubavam criança e daí meu marido cuidava da safra e eu comecei da aula, ai, todo mundo era analfabeto, ninguém sabia nada, e daí eu comecei a dar aula e ficava sozinha e ele ia pra safra e daí eu sofria com as criança, buscando lenha de longe, buscando água de longe...

A narrativa vem carregada da descrição de dificuldades, dos sofrimentos, do desafio de ocupar uma terra coberta pela floresta – aliás, com a destruição completa de quase toda a madeira então existente. Mas o que fica também é a afirmação de que era possível se conseguir terra, viver ali, estabelecer-se, e depois viver como pequeno proprietário, criada uma estrutura para tal – mesmo sentindo que os tempos mudaram bastante. A valorização da solidariedade, tão necessária nas condições extremas de vida, era essencial, a ponto de negar-se a existência de conflitos pela terra: “Não naquele tempo não dava não dava nada, era tudo companheiro, e era muito companheirismo, tinha muito companheirismo, e um ajudava o outro”, assegura D. Ivone.

Nesse sentido, a migração e a fixação no novo lugar representavam a recriação de formas de vida comunitária, na qual os elementos dos locais de proveniência se perpetuavam: a vida se constituía a partir da igreja, escola, outros locais de convivência, do armazém, etc. A concentração de pequenos proprietários tornava possível a existência de uma estrutura de escoamento da produção, que, por sua vez, favorecia o crescimento e expansão do local, mas de forma mais extensiva. Nesse sentido, o estabelecimento de armazéns e de cerealistas possibilitava a comercialização do que era produzido. D. Suzana relata também a existência de inúmeras serrarias, mas o processo de desmatamento foi além, pois muito da madeira (nobre, inclusive) foi simplesmente descartada.

No distrito de Guaporé, também em Guaraniaçu, a própria venda dos lotes por uma companhia empreendedora, que conseguiu a posse de vastas extensões de terra durante o governo Lupion, já planejava a formação de um núcleo urbano que poderia

vir a tornar-se cidade. Ao se iniciar a venda, já havia posseiros residindo no lugar, e os posseiros se referem a alguns conflitos, não especificando, no entanto, onde se deram.

O Sr. Agostinho<sup>3</sup>, ainda hoje morador do núcleo urbano do Guaporé, identifica um processo de povoamento da região a partir do incentivo a pequenas propriedades, processo que hoje se reverteu. Assim se refere ao tempo em que chegou à região:

No tempo em que nós chegamos aqui tinha bastante terra que era do Estado, deveria de ser, porque a gente também não entendia muito da... e tinha gente que tinha bastante terreno e daí foram dividindo em pedaços pequenos e foram vendendo 5 alqueires pra um, 2, 3 pra outro, 10, mais ou menos assim, e daí quando chegou umas horas esses que tinham comprado essas pequenas propriedades foram vendendo novamente pra fazendeiro, que hoje virou em 2 ou 3 fazendas daqui até o Rio Piquirí, só daqui pra cima que é sítios mais pequenos, mais daí é... não ficou os mais pequenos, só ficou os mais fortes.

A sua chegada, entretanto, foi anterior à própria organização e loteamento do lugar. A memória junta os períodos antes da formação do núcleo urbano com os posteriores, e com o presente, no qual figura com força o processo de concentração fundiária:

Plantava feijão, arroz, milho, lidava muito com safra que se falava antigamente, hoje não se fala mais... roçava o mato e daí soltava a porcada pra engordar, era a maior fonte de... daí depois quando foi criado o patrimônio<sup>4</sup> que foi loteado, daí foi feito lotes pequenos e começou a vir muita gente do norte e começaram a diversificar a plantação e começaram a plantar o algodão, que não conhecia até então, daí bastante anos foi plantado o algodão, como eu posso falar... fazia azeite lá... hortelã, aqui foi cultivado o hortelã também e daí isso ficou até a década de 70, café também, até 70 e poucos e o povo começou a vender as chácaras pequenas, os fazendeiros foram entrando e comprando e esse povo foi dispersando e hoje nós fiamos em bem pouca gente.

Depois, afirma que entrou na região como posseiro, narrando como se dava a legalização das terras ocupadas, quando se dependia inclusive dos relacionamentos políticos:

Você entrava um terreno, abria um pedaço na época marcava um território e... chamava posseiro na época, não precisava comprar, aqueles que queriam escriturar, sempre tinha um cidadão mais inteligente que ia em Curitiba, pegava uma procuração daqueles posseiros, os documentos e tal e ia lá e escriturava em nome dos posseiros.

<sup>3</sup> Entrevista realizada em 02/04/2008, pela equipe do projeto.

<sup>4</sup> Patrimônio era o pequeno núcleo urbano formado.

A sra. Natália, esposa do Sr. Agostinho, também se refere à existência de inúmeros outros patrimônios – hoje, totalmente extintos. Isso evidencia o processo de concentração fundiária, percebido até mesmo quando, visitando a região, nos deparamos com ruínas de uma escola, uma igreja, e alguns outros estabelecimentos:

Bandeira [outro patrimônio] também tinha era um povoadinho bem grande... tinha bastante gente... daí depois que as pessoas foram escriturando a terra e forma desapropriando e tirando aqueles posseiros... uns saíam, outros tiravam na marra e era tudo assim!

Não sem conflitos, portanto, decorrentes inclusive das lealdades políticas que iam se constituindo, no processo de constituição dos diferentes núcleos urbanos, desagregando o sistema de respeito aos contratos de posse, muitas vezes feitos sem documento preliminar nenhum: “um vendia, ia embora, o outro dizia que era dono e pronto!”. A disputa por terras possibilitava expulsar os posseiros: “...uns coitadinhos!” segundo o Sr. Agostinho, ou se valendo de outros expedientes:

Vamos fazer uma comparação bem simples: eu tinha uma pose, ele tinha outra e ela outra, daí você ia lá no Estado e documentava essa terra, pegava um título a troca de arrumar 100 votos ou 1.000 votos ou dinheiro mesmo lá pros cabeçudo, aí quê que ele fazia, ele vinha com o mapa ali daquela terra ali, que ele queria te comprar o teu direito, se você não queria vender ou não vendia e emperrava, eles davam um jeito de te arredar do lado, outro vendia a troca de mais de nada, outro se assustava e saía e largava... então era mais ou menos assim que funcionava... dali a pouco teve gente que ficou com bastante terreno, também pegava 5, 6, 10 cidadão que tinha o direito ali, como eles diziam de não existir divisa respeitada por toco... e acontecia isso aí! E tinha algum que emperrava um pouquinho e saía de qualquer maneira, não tinha... e daí eles ficavam assustando que ia mandar polícia o exercito aquela coisa toda... levavam toda vida na base do susto! Não teve caso assim que fizeram massacre ou que mataram alguém ou judiaram... nas, não, não existiu! Na região aqui não!

Com uma narrativa bem articulada, o Sr. Arthur <sup>5</sup>, cartorário do distrito, relaciona a implantação do núcleo urbano à venda de terras pertencentes a um grupo (sem dizer como elas foram conseguidas), justificando a tentativa (que não deu certo) de transformar em município o distrito. Ao contrário dos posseiros e pequenos proprietários que se fixaram no local, seu referencial era o urbano, planejado e estruturado para se tornar uma das sedes regionais:

Foi loteado então esses oitocentos e tantos alqueires, foi criado uma área urbana e loteado o resto em chácaras maiores, mais distantes, e

---

<sup>5</sup> Entrevista realizada no dia 02/04/2008.

menores mais próximas que era uma forma de prevê já uma futura cidade: os pequenos proprietários mais próximos e os maiores mais longe um pouquinho, então foi assim que começou o Guaporé. (...)Muito bem, montada essa parte de estrutura de loteamento, foram distribuído avisos para as firmas corretoras, especialmente o do norte do Paraná, e um grupo de corretores de lá começou a trazer gente de lá de Bahia, Minas, Sergipe, Alagoas, Ceará, de todos os lugares. Se fosse procurar a anos atrás aqui no Guaporé acho que encontrava um morador de cada Estado. Então veio um grupo muito grande do nordeste, uma parte de São Paulo, do sudeste, Minas veio muita gente e daí mais tarde, veio também um grupo do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e mesmo do Paraná, e foi criado então... isso aqui encheu de gente. Plantavam milho, arroz, feijão. No início então, aqueles nordestinos, montavam então aqueles barraquinho feito de madeira rodeado de eucalipto, de palmito e com a cobertura com a folha de palmito também. Mais tarde já foram fazendo uma casinha melhor, daí veio a primeira serraria do Guaporé. Tinha muita madeira aqui, tinha muita peroba, cedro, canela, tudo que é tipo de madeira tinha aqui e muito palmito... (...) Então foi esse o começo do Guaporé, foi então a partir de sessenta e cinco, sessenta e seis, sessenta e oito, setenta.

Fica claro, portanto, que as formas de ocupação da região mesclavam não só diferentes migrações, mas essas se processavam dentro de um processo heterogêneo de apropriação da terra, na qual convivem diferentes formas de se entender o seu significado. A privatização da terra, portanto, conviveu – de forma conflituosa ou não – com outras formas, nas quais ela era entendida não como mercadoria, mas amalgamada ao indivíduo: “como lugar de trabalho familiar, território de reciprocidade e herança”. (SCHREINER, 2002, p. 78) Esse processo não estava referido ao modo como se dava a posse da terra, mas às formas de sua utilização – e nesse sentido a organização comunitária dos pequenos proprietários, não necessariamente no formato urbano, como destaca o Sr. Arthur para Guaporé, torna-se essencial.

Nesse sentido, chama a atenção a fala de um sitiante Sr. Delânio<sup>6</sup>, 34 anos, do Guaporé, que havia nascido no lugar, tinha migrado, trabalhado em indústria, voltado, e soubemos, agora, que partiu novamente.

Ah, eu lembro que tinha muito situante (sitiante). Não era como hoje, virado só em fazenda. Todo o lado que a gente vai é só fazenda. Naquele tempo, lá na nossa região mesmo, região do Cabrito, ali era... não tinha fazenda, não existia! A fazenda que existia ali era do Alfredo Brito. Então ali onde é que nós, a minha mãe, tem o terreno ali, hoje virou tudo fazenda! As vez tem lá... que nem, tem a Discolândia ali hoje, que não existia, a fazenda que pertence pra Discolândia, que naquele tempo não existia! Era 80 alqueire, mas era

<sup>6</sup> Entrevista realizada em 02/04/2008, pela equipe do projeto.

do outro lado do rio lá, daí a Discolândia passou pro lado de cá, eles foram comprando, a turma foram vendendo... desanimando... uns foram embora pra cidade, outros mudou pro outro Estado... e foi indo... a rocinha que nós fazia era mais algodão, era o quê dava mais... pra nós que era pequeno... então a turma foi desanimando, desanimando... aí chegou um tempo que o preço caiu muito, ficou muito difícil... daí foi indo e todo mundo parou...

Tendo voltado a viver no Guaporé, dedicava-se a pequenos serviços, uma vez que a pequena área de terra familiar era insuficiente para a produção (e a reprodução do modo de vida camponês). Nesse sentido, a avaliação que ele faz do passado também passa pela avaliação dos laços de sociabilidade então existentes, essenciais para a articulação da sobrevivência então:

Era bem mais divertido Guaporé naquele tempo. Às vezes o povo vinha aqui fazer baile, quando saía um baile aqui já vinha tudo aquele povo de lá. Às vezes saía uma festa aqui, dava uma imensa de uma festa aqui! Era festa de duas vaca pra cima, né? Que matavam aí... hoje se fizer uma festa aí e matar uma vaca é capaz de não vender a metade (risos)!

Para concluir depois, melancolicamente, ao se referir a uma situação que não parece ter volta:

E não vai voltar mais, por que? Porque o fazendeiro não vai vender cinco alqueire pra ninguém mais, né? (risos)... Não vai mais dividir não! Então vai ser daqui pra pior, quem pensa num terreno que não segurar ou enjoar de ter, cai na mão do fazendeiro daí... cada vez fica pior né?

Ou seja, embora existam ainda regiões onde a pequena propriedade ainda exista, – ou ainda persista - ela depende da organização externa para sobreviver – é o caso de muitos moradores que se dedicam a atividades como o cultivo do fumo, do bicho da seda, etc. (na dependência de uma indústria, ou de um único comprador).

Em todo o Estado do Paraná, por outro lado, veiculam-se imagens, pela imprensa e pelos órgãos públicos, que valorizam a agricultura comercial, de grãos, principalmente, a partir de imagens como “estado-celeiro do Brasil”. Isso também coloca, aos pequenos proprietários, demandas e questões: “eu prometi que nunca plantaria soja”, disse-nos um outro depoente, dona de uma propriedade média, “e hoje eu planto soja”. A necessidade do uso de defensivos agrícolas, com todos os problemas daí decorrentes, também se apresenta, muito especialmente para aquelas propriedades que dependem do trabalho familiar.

Nas duas últimas décadas, outras experiências com pequenos proprietários foram realizadas na região onde esta pesquisa foi realizada: os assentamentos do MST – um deles, em Campo Bonito, foi objeto dessa pesquisa – e os reassentamentos dos camponeses – proprietários e não proprietários - deslocados a partir da construção da Usina de Salto Caxias, aliás, Usina Governador José Richa, , mais ao sul, no Rio Iguaçú. Embora não seja possível, no âmbito desta comunicação, discutir esses outros processos, podemos apontar algumas questões no diálogo com o que vimos discutindo.

O assentamento em Campo Bonito decorreu de um processo de luta pela terra que vivenciou experiências de violência, resultando até mesmo em mortes, torturas de lideranças então acampadas, e processos judiciais ainda hoje não resolvidos. A fixação dos assentados resultou de acordo com um fazendeiro local, pelo que pouco mais de quarenta famílias receberam lotes que não ultrapassam oito alqueires.

Os reassentamentos também resultaram de acordos intermediados pela CRABI (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçú), num processo de luta na qual não faltaram episódios como a ocupação do canteiro de obras da usina. Em 1977 houve a localização das famílias nas áreas, respeitando-se as relações de vizinhança do local de origem. Foram organizadas dez áreas, assentando-se um total de 616 famílias em 7.681 alqueires, no total (cf. SCHREINER, 2002, anexo).

Segundo o Sr. Gomercindo,<sup>7</sup> 56 anos, do Reassentamento São Marcos, em Catanduvas, o processo de negociação com a COPEL resultou na extensão das indenizações aos proprietários, também extensiva aos agregados e arrendatários. A opção colocada foi a entrega de uma carta de crédito, ou a localização no *reassentamento* (e os moradores das áreas fazem questão do uso do termo, para se diferenciarem dos assentamentos dos trabalhadores sem terra, e para deixar claro que eles tinham terra, e por isso foram ali localizados):

No início [a COPEL] queria pagar, assim, quem tinha terra, e a negociação era pro agregado que tinha até cinco alqueire, né. Foi maior a negociação pra quem tinha digamos 5 alqueires. (...) Pra quem tinha de agregado e até 5 alqueire, então, era um negócio que a gente tava fazendo pros indenizados e até que deu certo. A COPEL deu uma carta de crédito pra quem não quis vir pro reassentamento, que aqui é reassentamento. Então, a COPEL deu a carta de crédito pra quem não quis vir aqui pro reassentamento e quem veio pro reassentamento, veio pro reassentamento. E quem não veio pro

---

<sup>7</sup> Entrevista realizada no dia 3 de março de 2009.

reassentamento pegou o equivalente... eu no caso, se não viesse pro reassentamento, na época eu pegava 71 mil reais, comprava o que eu queria. Mas eu optei pelo reassentamento.

Portanto, o Sr. Gomercindo acentua a organização que resultou na extensão do direito à indenização a todos os que viviam da terra nas áreas ocupadas pela usina. Segundo ele, dos 900 atingidos, perto de 600 optaram pelo reassentamento, e 300 pela carta de crédito. Para ele, o ganho foi considerável, na sua avaliação: perto do rio, tinha cerca de dois alqueires, arrendando outras áreas também, e, a partir do número de pessoas componentes do núcleo familiar (critério utilizado para demarcar o tamanho das áreas), conseguiu 17 alqueires. Ele valoriza a qualidade do terreno, as instalações ali existentes, a assistência técnica de que pode dispor e, principalmente, a experiência:

Então foi uma experiência boa, porque o que eu aprendi depois, da barragem até agora né. Muita coisa eu não sabia, que nem eu falei, muita coisa a gente tava por fora. Hoje em dia se você, que nem eu vim pra cá agora, pro senhor ter uma idéia, técnica de agrônomo, de lavoura, essas coisas... se ele vier ai e mandar jogar 18 saco de adubo pra plantar milho eu sei que não precisa. Então eu já aprendi isso né, é uma experiência que você vai adquirindo né, através de reunião, através de aprendizagem, você vai adquirindo sabedoria. Experiência boa que nós tivemos de lá até aqui.

Por outro lado, embora a organização do assentamento ainda conserve alguma estruturação coletiva que adveio da conquista conjunta da terra, há problemas apontados nessa direção. O maquinário conquistado para a coletividade acabou sendo vendido, pois seu uso não foi tranquilo. A opção foi optar pelo uso individual de tratores, colheitadeiras e outros, que poderiam ser empestados, alugados, arrendados mas não compartilhados. Como concluiu o Sr. Gomercindo :

cada um era da associação e cada um era dono de um pedaço, por exemplo, as máquinas veio pra associação, pros 26. Então, como eu ia dizer, ia fazer um serviço, porque tinha uma diretoria que cuidava das máquinas. Aí ia fazer um serviço pra certo individuo “não vou pagar porque a máquina é minha”. (...) mas tinha pneu pra consertar, tinha graxa pra ponhar. (...) aí foi três, quatro anos, foi pro governo, veio, foi pro governo, não deu pra trabalhar mais. Aí falava com o cara lá, deu tantas horas, digamos assim, que fosse, uma comparação, que fosse 100 reais a hora na época, mas digamos assim que era 100 reais, mas fazia 50, porque era sócio. Mas daí o cara não queria pagar, tinha... metade pagava, metade não pagava...

O mesmo foi apontado pelos assentados em Campo Bonito, a impossibilidade de se atuar a partir de projetos coletivos. Schreiner (2002) apontou exatamente essa questão em relação aos locais por ele pesquisados.

Ao mesmo tempo que avaliam negativamente experiências coletivas como essa, os participantes de ambos os projetos apontam situações em que foram discriminados nos contatos com os moradores principalmente das cidades. – os assentados do MST ainda com a pecha de *invsores*, especialmente pelo posicionamento da mídia regional a respeito dos acontecimentos que vivenciaram quando ainda estavam na situação de acampamento; e da mesma forma os reassentados, chamados muitas vezes de *afogados*.

Embora sejam experiências significativas de assentamento de pequenos proprietários numa região que vem sofrendo um processo violento de concentração da terra, elas não estão ausentes de conflitos. Apesar de muitos entrevistados mostrarem uma consciência clara de que a pequena agricultura, ao invés de ser um simples anexo das grandes propriedades produtoras de grãos - e nesse sentido também produzir grãos, apenas em menor escala – deve produzir alimentos, e alimentos variados, a sua inserção regional não é tranqüila <sup>8</sup>. A dependência de políticas públicas para produzir e colocar no mercado seus produtos às vezes é encarado como fator limitante. Enquanto alguns agricultores – e isso foi muito mais sentido nas áreas de reassentamento – envolvem-se em cursos e atividades de aprendizagem, visando incorporar novas formas de produção, outros rejeitam esse envolvimento, voltando-se para práticas mais tradicionais de exploração da terra, arrendando-a a terceiros, quando não simplesmente se desfazendo delas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

REGO, Murilo Leão. Tensões Sociais na Frente de Expansão: a luta pela terra no sudoeste do Paraná 1940/1970, in SANTOS, José vicente T. dos (org) *Revoluções Sociais na América Latina*. São Paulo, Ícone Ed., 1985.

SCHREINER, Davi F. *Entre a exclusão e a utopia*. Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais.(região sudoeste / oeste do Paraná. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002 (doutorado em História Social).

---

<sup>8</sup> Mas significativo também é que na escola estadual existente no Reassentamento São Marcos já existiu no passado um curso de técnicas agrícolas, tentando prender à terra os jovens reassentados. Soubemos que no próximo ano serão ali instalados dois cursos técnicos: em administração e secretariado.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro:  
Zahar Ed., 1981